



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

AMANDA CARIRI DE OLIVEIRA

**O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO E A RESISTÊNCIA
CAMPONESA: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO MANDACARU,
SUMÉ-PB**

**SUMÉ - PB
2024**

AMANDA CARIRI DE OLIVEIRA

**O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO E A RESISTÊNCIA
CAMPONESA: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO MANDACARU,
SUMÉ-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência com
o Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
Educação Contextualizada**

Orientadora: Professora Dra. Carolina Figueiredo de Sá.

**SUMÉ - PB
2024**



048f Oliveira, Amanda Cariri de.
O fechamento das escolas do campo e a resistência camponesa: um estudo no Assentamento Mandacaru, Sumé-PB. / Amanda Cariri de Oliveira. - 2024.

51 f.

Orientadora: Professora Dra. Carolina Figueiredo de Sá.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

1. Escolas do campo - fechamento. 2. Sumé-PB - escolas do campo. 3. Resistência camponesa. 4. Assentamento Mandacaru - Sumé-PB. 5. Latifúndio. 6. Fechamento de escolas rurais - Sumé-PB. I. Título. II. Sá, Carolina Figueiredo de.

CDU: 37(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

AMANDA CARIRI DE OLIVEIRA

**O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO E A RESISTÊNCIA
CAMPONESA: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO MANDACARU,
SUMÉ-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência
com o Semiárido da Universidade
Federal de Campina Grande como
requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Educação
Contextualizada**

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Carolina Figueiredo de Sá.
Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.
Examinador Interno I – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Filipe Gervásio Pinto Barbosa.
Examinador Interno II - UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 04 de dezembro de 2024.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a mim trabalho fruto do meu esforço e dedicação, agradecer aos trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Federal de Campina grande Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – UFCG – CDSA que compõem o *campus* e ajudam a manter essa instituição ativa.

Agradeço também a minha família, ao meu pai Marcivaldo (*in memorian*), a minha mãe Graça, a minha vó Dapaz e aos meus irmãos Manoel Arthur e Alanna que sempre me apoiaram.

Agradecer a minha orientadora Carolina Sá pelo cuidado, paciência e a esperança que depositou em mim para que conseguíssemos realizar esse trabalho.

E por fim agradecer em especial a uma pessoa que foi muito importante nessa reta final que me ajudou e me deu todo apoio, Brígida Xavier, obrigada por toda paciência e carinho levarei sempre comigo.

RESUMO

Este trabalho investiga sobre o processo de surgimento e fechamento de escola do campo no antigo latifúndio Fazenda Feijão, atual Assentamento Mandacaru, em Sumé, município do Cariri Paraibano. Entre 1995 e 2014, mais de 69 mil escolas rurais foram fechadas no Brasil, afetando negativamente a educação, identidade e coesão social das comunidades camponesas (Pereira, 2017). A pesquisa aborda as tensões e conflitos gerados pelo fechamento da Escola Municipal "Senador Paulo Guerra" e seus impactos nas comunidades rurais, destacando a resistência camponesa por uma educação de qualidade e pela permanência em suas terras. A metodologia baseia-se no materialismo histórico e dialético (Marx; Engels, 2007), analisando o papel do latifúndio e a política de nucleação escolar em Sumé. Como procedimentos de investigação, foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos da comunidade que teve a escola fechada. Para análise das entrevistas, foi utilizada a técnica de análise temática com base na análise de conteúdo de Bardin (1977). Como principais resultados, identificamos que o fechamento da escola rural no Assentamento Mandacaru foi uma decisão arbitrária que desrespeitou os direitos da comunidade e agravou a exclusão educacional, especialmente de crianças pequenas, mas também de pessoas jovens, adultas e idosas do campo. Além disso, práticas antidemocráticas, como a pressão política em período pré-eleitoral e a imposição do poder municipal de uma falsa “escolha” entre educação e emprego, prejudicaram a autonomia dos moradores. Além disso, algumas mães da comunidade, em entrevistas públicas registradas em período de eleições no município, foram levadas a demonstrar apoio à decisão do fechamento, embora pressionadas, especialmente em uma região onde famílias camponesas enfrentam dificuldades para enviar crianças para escolas distantes. Esse controle político e a falta de autonomia ilustram a dependência da comunidade aos vínculos de poder e às relações semifeudais no campo. A luta por educação no campo exige mobilização para assegurar esse direito essencial.

Palavras-chave: Latifúndio; Assentamento Mandacaru; fechamento de escolas rurais; resistência camponesa; Sumé.

RESUMEN

Este trabajo investiga el proceso de surgimiento y cierre de una escuela rural en la antigua finca Feijão, actualmente asentamiento Mandacaru, en Sumé, municipio de Cariri Paraibano. Entre 1995 y 2014, más de 69 mil escuelas rurales fueron cerradas en Brasil, afectando negativamente la educación, la identidad y la cohesión social de las comunidades campesinas (Pereira, 2017). La investigación aborda las tensiones y conflictos generados por el cierre de la Escuela Municipal "Senador Paulo Guerra" y sus impactos en las comunidades rurales, destacando la resistencia campesina por una educación de calidad y la permanencia en sus tierras. La metodología se basa en el materialismo histórico y dialéctico (Marx; Engels, 2007), analizando el papel de los latifundios y la política de nucleación escolar en Sumé. Como procedimientos de investigación se realizaron investigaciones bibliográficas, documentales y entrevistas semiestructuradas a diferentes sujetos de la comunidad cuyo colegio estuvo cerrado. Para analizar las entrevistas se utilizó la técnica del análisis temático basado en el análisis de contenido de Bardin (1977). Como principales resultados, identificamos que el cierre de la escuela rural en el Asentamiento Mandacaru fue una decisión arbitraria que irrespetó los derechos de la comunidad y agudizó la exclusión educativa, especialmente de los niños pequeños, pero también de los jóvenes, adultos y ancianos del campo. Además, las prácticas antidemocráticas, como la presión política en el período preelectoral y la imposición por parte de las autoridades municipales de una falsa "elección" entre educación y empleo, socavaron la autonomía de los residentes. Además, algunas madres de la comunidad, en entrevistas públicas grabadas durante las elecciones en el municipio, se vieron obligadas a demostrar su apoyo a la decisión de cerrar, a pesar de haber sido presionadas, especialmente en una región donde las familias campesinas enfrentan dificultades para enviar a sus hijos a escuelas distantes. Este control político y la falta de autonomía ilustran la dependencia de la comunidad de los lazos de poder y las relaciones semif feudales en el campo. La lucha por la educación en el campo requiere movilización para garantizar este derecho esencial.

Palabras-clave: Latifundio; Asentamiento Mandacaru; cierre de escuelas rurales; resistencia campesina; Sumé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Estrutura da fazenda Feijão.....	21
Figura 2 -	Distribuição espacial das escolas do campo fechadas no Estado da Paraíba – 2014.....	22
Figura 3 -	Números de escolas do campo fechadas.....	23
Figura 4 -	Mobilizações de mães e pais contra o fechamento das escolas do campo...	27
Figura 5 -	Conversa do secretário de educação com mães e pais de alunos.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Total de alunos na Escola do Assentamento por ano e modalidade de ensino.....	23
Quadro 2 - Entrevistados(as) da pesquisa.....	29

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES

PB - PARAÍBA

UFCG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NA PARAÍBA.....	13
3	DA FAZENDA FEIJÃO AO ASSENTAMENTO MANDACARU: LUTA CAMPONESA PELA TERRA E CONTRA O FECHAMENTO DA ESCOLA.....	18
3.1	HISTÓRICO DA ESCOLA NA COMUNIDADE E A POLÍTICA DE FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO EM SUMÉ/PB.....	20
4	A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DA COMUNIDADE ACERCA DOS IMPACTOS DO FECHAMENTO DA ESCOLA.....	29
4.1	ACOMPANHAMENTO FAMILIAR DA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS.....	32
4.2	APROVEITAMENTO PEDAGÓGICO (APRENDIZAGEM) DAS CRIANÇAS	32
4.3	TRANSPORTE ESCOLAR E DESGASTE FÍSICO/EMOCIONAL DAS CRIANÇAS.....	33
4.4	PREJUÍZO DO DIREITO EDUCACIONAL PARA JOVENS, ADULTOS E IDOSOS DA COMUNIDADE.....	34
4.5	SOBRE A INTEGRAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE.....	35
4.6	SOBRE A SUPOSTA “CONCORDÂNCIA” DAS FAMÍLIAS EM MANTER A ESCOLA FECHADA EM 2023.....	36
4.7	CONTINUIDADE DA VELHA POLÍTICA: PRESSÃO SEMIFEUDAL EM VÉSPERAS DE ELEIÇÃO MUNICIPAL EM 2024.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICES.....	47

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender o processo de fechamento de escolas no campo e seus impactos, com um foco específico na Fazenda Feijão, atual Assentamento Mandacaru, localizada no Cariri Ocidental da Paraíba, no município de Sumé. A pesquisa se propõe a analisar o fechamento da Escola Municipal "Senador Paulo Guerra" e seus impactos nas comunidades rurais, particularmente no assentamento mencionado, e a relação desse fenômeno com as dinâmicas do latifúndio e da luta camponesa por terra e educação, dando continuidade ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado na graduação (Oliveira, 2023), como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFCG.

A questão agrária¹, profundamente ligada à estrutura de latifúndio, continua sendo um dos principais fatores que influenciam na permanência ou não das populações rurais em suas terras. Entre 1995 e 2014, 69.906 escolas do campo foram fechadas no Brasil (PEREIRA, 2017), justificadas pela falta de contingente estudantil, embora o impacto desse fechamento vá além de números, afetando o desenvolvimento educacional, a identidade cultural e a coesão social das comunidades rurais.

Além disso, a pesquisa levanta questões importantes sobre as desigualdades educacionais entre áreas urbanas e rurais. Enquanto 70% das escolas urbanas têm esgoto encanado, apenas 5% das escolas do campo contam com esse serviço. Além disso, 94% das escolas urbanas têm água encanada, enquanto apenas 27% das escolas rurais têm acesso a esse recurso básico (BRASIL, 2016). Essa disparidade reflete o abandono da educação no campo, um reflexo das estratégias de dominação promovidas pelas classes burguesas e latifundiárias. Essas classes dominantes, ao ignorarem as necessidades das comunidades rurais, se beneficiam do esvaziamento do campo. Com menos escolas e infraestrutura adequada, as famílias camponesas são pressionadas a migrar para as cidades, o que permite a expansão das áreas dedicadas à agricultura voltada para a exportação.

A pesquisa destaca que o fechamento de escolas no campo reflete não apenas o abandono do sistema educacional rural, mas também o interesse econômico das classes dominantes agrárias em concentrar terras para a expansão da produção agrícola em grande escala e/ou para especulação imobiliária no campo. Além disso, há um interesse por parte do

¹ O conceito de questão agrária diz respeito às formas como as pessoas vão se apropriando da terra enquanto meio de produção, ao desenvolvimento das relações de produção advindas da concentração da propriedade da terra e, por consequência, às lutas de classes travadas entre os explorados e os que conseguiram o domínio e o controle da terra. (Sodré, 1962; Guimarães, 1963).

grande capital em transferir a população rural para as grandes cidades, onde pode ser empregada em setores urbanos com salários mais baixos. Esse movimento contribui para a formação de uma mão de obra abundante e barata na periferia das zonas urbanas, que é fundamental para indústrias e setores de serviços que precisam de trabalhadores a um custo reduzido para maximizar seus lucros. Com essa mão de obra migrando do campo para as cidades, o sistema capitalista consegue não apenas diminuir os custos com salários, mas também reduzir os investimentos em serviços e infraestrutura rural, reforçando o esvaziamento do campo e a concentração fundiária.

No município investigado, Sumé, localizado no semiárido brasileiro, Cariri Paraibano, no ano de 2018 três escolas do campo foram fechadas (de um total de apenas 06). A resistência sempre esteve presente por parte da comunidade camponesa no período de fechamento das escolas do campo no município de Sumé (FARIAS; SILVA, 2021). A resistência tanto por parte das mães como também da comunidade, que reuniu famílias da comunidade, estudantes e professores das escolas fechadas e da UFCG realizaram muitos protestos em frente a Secretaria de Educação do município, além de terem dado entrada na justiça reivindicando o direito às escolas nas comunidades. Apesar disso, tais escolas permanecem fechadas até o momento, incluindo uma que se localiza no Assentamento Mandacaru, antiga Fazenda Feijão, que abrangia o atendimento educacional de crianças, jovens e adultos na comunidade.

Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa foi o de compreender o processo de surgimento e fechamento da escola no latifúndio Feijão/assentamento Mandacaru, no município de Sumé no Cariri Paraibano, a partir da perspectiva dos diferentes sujeitos da comunidade envolvidos nesse processo. Os objetivos específicos foram: (A) Identificar como se desenvolveu o latifúndio da Fazenda Feijão na região do Cariri paraibano e o histórico de criação e desenvolvimento da escola na comunidade; (B) Analisar as tensões e conflitos presentes no processo de fechamento da Escola na comunidade; (C) Analisar os impactos do fechamento da Escola para estudantes e comunidade.

Diante desse cenário, a pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar as implicações sociais e educacionais do fechamento das escolas rurais e como esse fenômeno afeta a vida dos camponeses e a organização das suas comunidades. Com base em entrevistas com moradores, mães de alunos e professores da antiga Fazenda Feijão, a pesquisa investiga as tensões, conflitos e impactos desse fechamento, com destaque para a resistência camponesa que busca não apenas o acesso à terra, mas também uma educação de qualidade em suas próprias comunidades.

A metodologia adotada segue a abordagem do materialismo histórico e dialético (Marx;

Engels, 2007), examinando o desenvolvimento do latifúndio da Fazenda Feijão e seu papel na história da região. O declínio econômico da antiga Fazenda Feijão, aliado à luta dos camponeses pela desapropriação das terras, desencadeou um movimento significativo na década de 1990. Esse processo culminou na criação do Assentamento Mandacaru, uma conquista importante para as famílias camponesas que buscavam terra e meios de subsistência. Com o desenvolvimento do assentamento, a escola local presente na comunidade, foi posteriormente fechada, gerando impactos profundos para a comunidade.

Esta pesquisa busca analisar o impacto desse fechamento da escola na perspectiva de diferentes sujeitos que vivenciam o cotidiano do assentamento e as estratégias utilizadas pelo poder público municipal para o aparente “convencimento” da comunidade quanto a essa definição. Foram utilizados procedimentos metodológicos que incluíram entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, líderes locais, ex-alunos, pais e educadores, além de uma investigação documental para contextualizar o histórico da fazenda, da escola e do assentamento. A análise das entrevistas foi realizada com base na técnica da análise temática e de conteúdo proposta por Bardin (1977), que permitiu identificar e interpretar as principais categorias e temas recorrentes nas falas dos entrevistados.

Esse estudo oferece uma análise sobre o fechamento de escolas rurais e suas implicações mais amplas, não apenas do ponto de vista educacional, mas também econômico e social, abordando o impacto na comunidade camponesa e reforçando a luta por uma educação digna e pelo direito a terra no Brasil rural.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NA PARAÍBA

A formação do latifúndio no Brasil está diretamente ligada à colonização portuguesa, marcada pela combinação de um regime feudal decadente em Portugal e o interesse mercantil voltado à acumulação de riquezas (Guimarães, 1968). Ao “descobrir” o Brasil em 1500, os portugueses estabeleceram um sistema colonial baseado na exploração de recursos naturais, como o pau-brasil, e na produção de açúcar em grandes propriedades rurais. A economia colonial, estruturada em um modelo feudal-mercantil, que utilizava a força de trabalho de pessoas escravizadas advindas da África, as quais foram submetidas a condições de trabalho desumanas, forçadas a desempenhar atividades agrícolas e a garantir a produtividade das terras para seus proprietários, tinha como base a exploração de latifúndios, que, por sua vez, sustentava o processo de acumulação de capital do nascente capitalismo na Europa (Souza, 2014).

Com a resistência dos povos indígenas à escravização, os colonizadores recorreram ao tráfico de escravos africanos, que se tornou essencial para a produção de açúcar e, posteriormente, para a mineração. Esse sistema conjugava o regime feudal de propriedade com o regime escravista de trabalho, como apontado por Guimarães (1968), criando uma economia voltada para a exportação e controlada pela classe dominante luso-brasileira. A concentração de terras foi institucionalizada pelo sistema das Capitânicas Hereditárias (1534), que dividiu o território em grandes extensões entregues a nobres portugueses e reguladas pela Lei das Sesmarias. As sesmarias, conforme Nascimento (2020, p.22) eram “institutos jurídicos de concessão de terras” que “Existiam na Europa desde o período medieval e foram implementadas no Brasil com as invasões portuguesas com o intuito de colonização do território”. As sesmarias eram concedidas em nome do rei de Portugal pelos capitães donatários e pelo governador-geral de cada capitania hereditária. Esses vastos latifúndios, concedidos aos sesmeiros, permitiram a colonização efetiva e a expansão da produção agrícola, especialmente voltada ao mercado externo (Souza, 2014).

A estrutura latifundiária consolidou-se ao longo dos séculos com a criação das fazendas, inicialmente voltadas à pecuária, mas que também se tornaram grandes propriedades agrícolas. Três meios principais de acesso à terra — arrendamento, compra e concessão de sesmarias — garantiam a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, principalmente nobres e pessoas de posses (Guimarães, 1968). A estrutura concentradora de terras, dominada por uma oligarquia fundiária, foi uma herança que se perpetuou desde o período colonial. Esse sistema permaneceu, apesar da abolição do regime de Sesmarias com a “independência” do Brasil em

1822. Segundo Guimarães (1968), o sistema de sesmarias² foi um dos pilares da formação do latifúndio, concedendo extensas terras a um número limitado de beneficiários, geralmente ligados à Coroa Portuguesa.

Após a independência, a Lei de Terras de 1850 reafirmou essa concentração, mantendo as grandes propriedades de terras intactas. De acordo com Martins (2009), a Lei de Terras visava "organizar a posse de terras públicas e privadas" (p. 45), mas, na prática, beneficiou principalmente os grandes proprietários, legitimando as sesmarias concedidas anteriormente em nome da coroa portuguesa e convertendo as posses informais dos latifundiários (grandes glebas de terras tomadas pelos sesmeiros e incorporadas compulsoriamente ao seus patrimônios) em propriedades legalmente reconhecidas. Essa mesma lei estabeleceu que a obtenção de novas terras devolutas no Brasil deveria ocorrer exclusivamente por meio de compra, limitando drasticamente o acesso à terra para camponeses, povos originários e negros libertos, que não tinham condições financeiras para adquirir propriedades (Holanda, 1981). Esse processo, como afirma Fernandes (2004, p.78), "institucionalizou a exclusão social, transformando o acesso à terra em um privilégio das elites", inviabilizando, assim, a pequena propriedade rural e aprofundando as desigualdades sociais no campo.

Com a Proclamação da República em 1889, a estrutura agrária brasileira permaneceu praticamente inalterada. Durante a Primeira República, também conhecida como "República do café com leite", as elites agrárias, especialmente os coronéis, dominaram a política e a economia apesar das grandes resistências populares e, principalmente, camponesas, que se levantaram naquele período. Como Souza (2014, p.45) aponta, "a estrutura agrária no Brasil, desde a República, se manteve nas mãos das mesmas elites latifundiárias, consolidando um sistema de exploração que atravessa os ciclos políticos sem ser significativamente alterado".

Esse poder oligárquico enfrentou questionamentos através de várias revoltas populares, como Canudos - Bahia (1896-1897), Contestado - Santa Catarina e Paraná (1912- 1916) , Caldeirão - Ceará (1926- 1937), Pau de Colher Bahia (1936 - 1937) e a Coluna Prestes, que percorreu invicta por vários estados (1925 - 1927), que expressavam uma resistência diante das desigualdades e da exploração latifundista. Embora significativas, essas revoltas foram barbaramente reprimidas com canhões, bombardeios aéreos e mobilização de milhares em efetivo do exército estatal e não lograram causar mudanças estruturais na estrutura agrária do

² Sesmaria (de sesma, derivada do latim *sexīma*, ou seja, "sexta parte") foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras. Existiam em Portugal enquanto política de Estado desde o período medieval (1375), que, após invadir o Brasil, a implementou aqui com o intuito de colonização do território (1530) até 1822 (Cf.Nascimento, 2020).

país. Segundo Souza (2014, p.52), “a dominação oligárquica encontrou resistência em revoltas populares, como Canudos e Contestado, mas estas, embora expressivas, foram contidas pelo poder do Estado, que reforçava a aliança entre as elites agrárias e o poder político”.

Em 1930, o golpe militar de Getúlio Vargas marcou uma mudança importante: ele promoveu uma aliança entre a burguesia emergente e os latifundiários, consolidando a predominância econômica da primeira, mas preservando o poder político e social da oligarquia agrária (Souza, 2014). Assim, mesmo que a burguesia ganhasse importância econômica, os latifundiários mantiveram intocado seu *status* como classe dominante. Como Souza (2014, p.65) explica, “o golpe de 1930 trouxe a aliança entre a nascente burguesia e o latifúndio, que, sob a liderança do Estado, passariam a estruturar uma economia capitalista dependente, mas que não alterava os privilégios das classes dominantes rurais”.

No início dos anos 1960, o surgimento das Ligas Camponesas e outras revoltas no campo intensificou as pressões sociais, e o golpe militar de 1964 trouxe uma resposta repressiva. Nesse contexto, o "Estatuto da Terra" foi criado como uma tentativa de conter essa pressão, propondo a destinação de terras improdutivas (devidamente pagas pelo governo aos grandes proprietários latifundiários) para fins de “colonização” de áreas rurais e reforma agrária tutelada pelo Estado. Deste modo, segundo Souza (2014), o Estatuto não representava uma mudança significativa: “O Estatuto da Terra, criado em 1964, foi uma tentativa de conter as pressões sociais por meio de uma reforma agrária limitada, que buscava mais administrar as demandas do campo do que realmente alterar a estrutura fundiária do país” (Souza, 2014, p. 78).

Durante o regime militar, houve também um incentivo à mecanização e à produção em larga escala de monoculturas voltadas para a exportação, reforçando o modelo econômico agrário e exportador. Esse modelo permanece até hoje como o "carro-chefe da economia brasileira", demonstrando a continuidade do poder dos grandes produtores rurais sobre a economia do país. Como observa Souza (2014, p.83), “durante o regime militar, os investimentos na mecanização e na monocultura para exportação consolidaram um modelo de dependência, em que o agronegócio se torna central para a economia nacional, mas pouco contribui para as necessidades do campo brasileiro”.

A formação histórica do latifúndio no Brasil, portanto, está diretamente relacionada à colonização, escravidão e à política agrária, que moldaram a estrutura social e econômica do país. O controle da terra por uma elite agrária, que remonta ao período colonial, permanece como uma das características mais persistentes e problemáticas da estrutura fundiária no Brasil, tornando a democratização agrária uma questão central nas lutas sociais e políticas no Brasil

contemporâneo.

Conforme já mencionado, esse modelo de concentração de terras foi estabelecido inicialmente com as Capitânicas Hereditárias e o Regime de Sesmarias no período colonial, tendo sido legitimado e fortalecido no Brasil Império pela Lei de Terras, de 1850, favorecendo o acúmulo de grandes propriedades nas mãos de poucos e marginalizando pequenos agricultores, povos indígenas e negros libertos (Almeida, 2008). Mesmo com o advento da República, em 1889, até os dias atuais, o sistema latifundiário no Brasil permanece concentrando todo o acesso às terras, ao crédito, à mecanização da produção, ao transporte e comercialização das mercadorias produzidas, sendo em sua maior parte *commodities*³ voltadas para a exportação. Já a pequena propriedade camponesa no Brasil possui baixa mecanização, é a principal fornecedora de alimentos para o mercado interno e enfrenta obstáculos ao seu desenvolvimento, sendo frequentemente ameaçada pela situação de posseiros (condição das famílias que detêm a posse precária de suas terras, sem possuir o título de propriedade definitivo), o que afeta a maioria dos camponeses pobres.

Na Paraíba, a formação dos latifúndios está diretamente relacionada à invasão e colonização do interior da capitania após 1665. Este processo foi marcado pelas entradas e bandeiras, expedições que tinham o objetivo de explorar e reconhecer o território, além de subjugar e/ou exterminar as populações indígenas que habitavam a região. No século XVII, essas incursões se intensificaram lideradas por personagens como Antônio de Oliveira Ledo, um dos pioneiros na colonização do Cariri Paraibano (Almeida, 1962).

Antônio de Oliveira Ledo, oriundo da Bahia, atravessou o Rio São Francisco e adentrou o território paraibano pelo Rio Sucuru, onde se estabeleceu na região de Boqueirão, fundando uma aldeia. Sua família, os Oliveira Ledo, desempenhou um papel crucial na colonização, com membros como Custódio de Oliveira Ledo, Constantino de Oliveira Ledo, e outros requisitando terras (sesmarias) na Paraíba a partir de 1665 (Seixas, 2000). Esse movimento foi parte de um processo de expansão territorial e formação de grandes propriedades (latifúndios), que definiu a estrutura agrária da região.

Além dos Oliveira Ledo, outra família influente na formação latifundiária no estado da Paraíba foi a dos Garcia D'Ávila, da Casa da Torre, sediada na Bahia. Eles expandiram seu

³ As *commodities* agrícolas e minerais são produtos primários (com baixo grau de industrialização) voltados para a exportação, cujos preços são determinados conforme variação internacional nas bolsas de valores do mercado mundial. São produzidas num “modelo de grandes propriedades sentadas na monocultura para exportação, altamente mecanizadas e servidas dos avançados recursos tecnológicos, sementes melhoradas, etc.” (AND, 2008). No Brasil, é o caso da soja, carne de gado bovino, café, algodão, milho, cana-de-açúcar, laranja para suco, fumo, dentre outras.

império de terras por meio de sesmarias, abrangendo regiões do litoral até o interior do Nordeste, inclusive no Sertão Paraibano. O poder dessas famílias consolidou a concentração de terras e moldou o desenvolvimento econômico da região, perpetuando uma estrutura agrária baseada em grandes propriedades (Nascimento, 2020).

O contexto de dominação territorial, contudo, foi marcado por resistências indígenas, com destaque para a Confederação dos Cariris. Essa revolta, ocorrida no final do século XVII e início do XVIII, foi uma das maiores insurreições indígenas do Brasil e quase pôs fim à colonização portuguesa no Nordeste (Joffily, 1893). A família Oliveira Ledo, como outras, participou ativamente na repressão dessas revoltas, promovendo uma verdadeira "guerra de extermínio" contra os povos indígenas.

Esse processo histórico, de concessão de terras e concentração fundiária, deixou um impacto socioeconômico duradouro no Nordeste brasileiro, contribuindo para a desigualdade e domínio de poucas famílias sobre vastas extensões de terra.

3 DA FAZENDA FEIJÃO AO ASSENTAMENTO MANDACARU: LUTA CAMPONESA PELA TERRA E CONTRA O FECHAMENTO DA ESCOLA

A Fazenda Feijão situa-se no município de Sumé, no Cariri paraibano, mesoregião composta por 29 municípios ocupando uma área de 11.233km². O município de Sumé recebia o nome de São Tomé, e antes de sua emancipação política, em 1º de abril de 1951, pertencia à Alagoa de Monteiro (atual município de Monteiro).

A história da Fazenda Feijão mistura-se à do seu primeiro dono, o coronel⁴ Sizenando Raphael de Deus. Investigamos sobre o histórico do latifúndio e da escola na comunidade, tendo sido nesta fazenda que Sizenando passou sua vida (Batista, 2010). Nascido em 1863, Sizenando foi um dos grandes coronéis do Cariri Paraibano, consolidando seu poder econômico, político e militar no município de Alagoa de Monteiro até a década de 1930. Além de residir na fazenda Feijão, possuía várias outras propriedades, como Várzea do Meio, Gonçalo, Riachão e Quixaba, totalizando mais de seis mil hectares de terras na região (Batista, 2010).

Sizenando transformou sua fazenda em um "império", onde exercia controle absoluto sobre os trabalhadores, que, em troca de serviços essenciais como moradia, trabalhavam para ele. Embora seja exaltado por instalar energia elétrica na região, isso visava manter os trabalhadores em sua fazenda, aumentando suas riquezas. Ele também criou uma feira semanal e tinha uma estrutura com vaqueiros, professora, bodegueiro, açougueiro, motoristas e policiais (Carneiro, 2004). Essa organização semifeudal⁵ promovia uma forma de servidão, onde os trabalhadores cultivavam terras do coronel e prestavam diversos serviços ao dono das terras (renda-trabalho) em troca de moradia, como pagamento de uma espécie de "aluguel" ou por vezes concedendo em produtos seu pagamento ("meia" e "terça", nas quais metade ou um terço da produção camponesa ficava para o latifundiário como pagamento da renda da terra, constituindo, efetivamente, em renda-produto - tipo de renda auferida no período medieval pré-

⁴ A patente de coronel, criada no Brasil Império, conferia títulos da Guarda Nacional aos latifundiários que dominavam as regiões rurais.

⁵ A semifeudalidade está ligado aos traços de feudalismo trazidos do império para a colônia, contudo, tomando novos contornos. A exemplo, o arrendamento trazido pelo Alvará de 1375, implementado em Portugal feudal, vai ser imposto, posteriormente, no Brasil. Nos dias atuais temos ainda as categorias do arrendatário, com traços, inclusive parecidos com o que ocorria em Portugal e no Brasil no período colonial e imperial, havendo inclusive troca de produtos produzido pelo arrendatário ao proprietário do lote. Dessa feita, esses traços existiram e coexistem no Brasil demonstrando uma estrutura precária e atrasada. Cf. Sodré, 1962; Guimarães, 1964.

capitalista) (Sodré, 1962).

O coronel Sizenando, latifundiário influente no Cariri Paraibano, construiu 25 açudes em sua fazenda utilizando a mão de obra dos camponeses e tração animal (Carneiro, 2004). Porém, durante seu mandato como prefeito de Monteiro (1934-1937), seu sucesso como administrador de terras não se refletiu na política (*Idem, Ibidem*).

Sizenando explorava seus trabalhadores, pagando salários baixos por serviços pesados, como mostrado no relato de Vicente Barros (ver em Carneiro, 2004), que trabalhou com ele por 25 anos. Vicente Barros relata a exploração e a falta de empatia de Sizenando, inclusive em situações críticas, como no caso de um trabalhador doente que, mesmo à beira da morte, foi pressionado a pagar uma dívida.

A fazenda de Sizenando operava em um modelo semifeudal, onde os camponeses recebiam moradia e proteção em troca de trabalho pesado, vivendo sob um sistema de exploração e controle total do coronel. Além disso, ele mantinha uma relação estreita com a Igreja Católica, o que ajudava a legitimar seu poder e influência. O bispo D. Joaquim, do Rio Grande do Norte, viveu em sua fazenda, garantindo que os serviços religiosos fossem frequentes, o que era comum entre coronéis da época (*Idem, Ibidem*).

Sizenando faleceu em 1943, possuindo cerca de 6 mil cabeças de gado. Seu enterro contou com um grande cortejo de mais de 30 carros, saindo de Recife até sua fazenda, demonstrando o prestígio que ele tinha na época (Carneiro, 2004, p 24).

Com a morte do proprietário, a Fazenda Feijão entrou em um período de decadência. A propriedade foi dividida entre os herdeiros, que incluíam os filhos adotivos: Antonio Leite Raphael, Severino Leite, Sebastiazinho, Mané Pastora e Nandinho. Além disso, um de seus irmãos, Adrelino Raphael, também recebeu uma parte da herança.

Em 1956, a fazenda foi adquirida pelo então Senador Paulo Pessoa Guerra, que a administrou até 1979. Após sua gestão, a propriedade passou a ser de José Lucas da Silva, que ficou no comando até 1999. De acordo com Batista (2010, p. 114), até a metade da década de 1970, a Fazenda Feijão ainda abrigava aproximadamente 200 famílias de moradores. No entanto, essa população foi sendo progressivamente expulsa até a década de 1980, o que levou à deterioração da propriedade e à sua conseqüente improdutividade.

Na década de 1990, em meio à luta dos camponeses, a Fazenda Feijão foi desapropriada como parte de um processo de reforma agrária. A partir desse momento, passou a ser conhecida como Assentamento Mandacaru, transformando-se em um espaço de resistência e construção comunitária (Cavalcante Neto, 2019). Segundo Cavalcante Neto (2019), o processo de ocupação das terras no Cariri paraibano, iniciado em 21 de setembro de 1998, marcou uma

ruptura significativa com a cultura de servidão imposta pelo latifúndio na região. Embora poucos camponeses tenham comparecido à ocupação inicialmente, esse dia consolidou a resistência de dezessete famílias contra a dominação senhorial. Foi a primeira vez que, no município de Sumé, trabalhadores questionaram a propriedade privada da terra, rompendo com as relações semifeudais de submissão e compadrio que prevaleciam até então (*Idem, Ibidem*).

Cavalcante Neto (2019) aponta que, segundo dados do INCRA, a política de Reforma Agrária implementada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso criou treze projetos de assentamento no Cariri paraibano. No Brasil, tais políticas de assentamento rural, fomentada pelo Banco Mundial⁶, visava capitalizar latifúndios em crise por meio da desapropriação de terras. O governo comprava essas terras dos antigos proprietários por meio de títulos da dívida agrária, que podiam ser negociados e gerar rendimentos em bolsas de valores. No Cariri paraibano, esse processo foi impulsionado pela crise da produção de algodão, agravada pela disseminação da “praga do bicudo”, o que levou muitos latifundiários a buscar vender suas propriedades ao governo.

Assim, esse modelo de reforma agrária não resultou em uma melhoria significativa na vida das famílias assentadas. Como aponta Cavalcante Neto (2019), a política de desapropriação estava mais voltada para a comercialização das terras do que para o desenvolvimento de infraestrutura e suporte às comunidades. Enquanto alguns latifundiários viam nessa política uma oportunidade de repasse de terras improdutivas, em casos como o da Fazenda Feijão, os camponeses tiveram que resistir ativamente para garantir sua permanência, evidenciando os limites dessa abordagem voltada à lógica do mercado em vez do fortalecimento social e produtivo do campo.

Na comunidade pesquisada, essa situação de dificuldades persiste e tende a piorar com o fechamento da escola local, tema do próximo tópico.

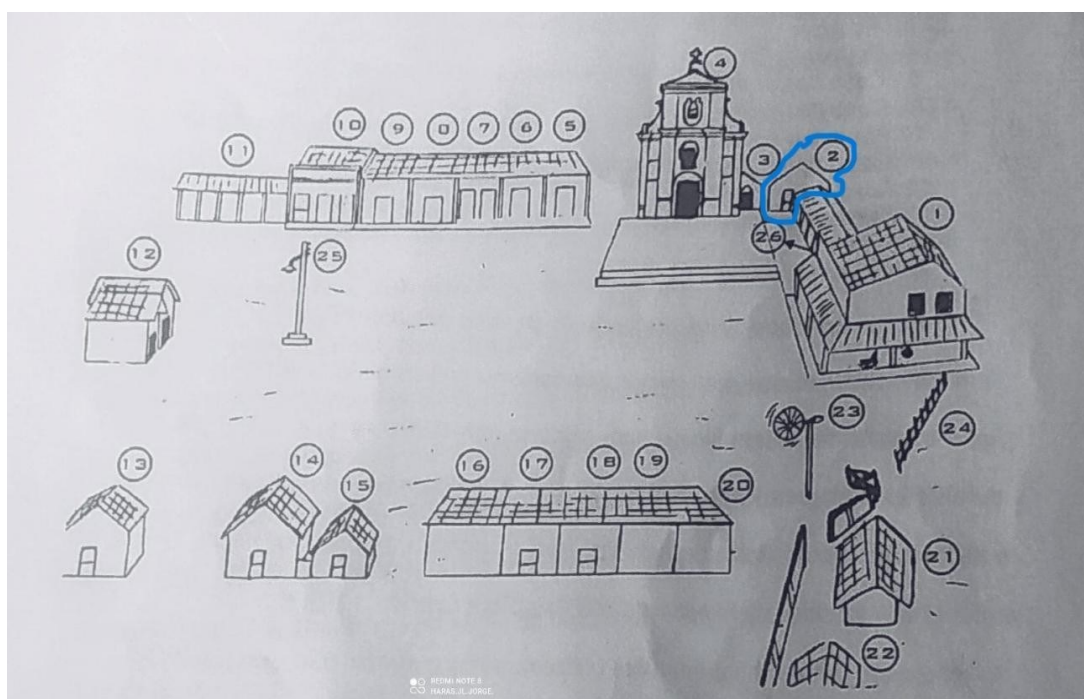
3.1 HISTÓRICO DA ESCOLA NA COMUNIDADE E A POLÍTICA DE FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO EM SUMÉ/PB

Neste tópico, buscamos abordar um dos nossos objetivos específicos, que consiste em explorar o histórico da escola na comunidade investigada e entender o processo que levou ao seu fechamento em 2018.

⁶ O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional criada em 1944, cujo objetivo proclamado é o de fornecer financiamento e assistência técnica para o desenvolvimento econômico de países em diversas áreas, como infraestrutura, educação e agricultura. No entanto, suas políticas têm sido alvo de críticas, especialmente em países periféricos, onde seus programas frequentemente favorecem a lógica do mercado em detrimento das necessidades sociais (Souza, 2014).

O histórico da escola na comunidade remonta à época do coronel Sizenando, quando a fazenda era organizada em torno de um pátio central, com a casa grande, a igreja, a escola e outras construções próximas. A professora vivia ao lado da igreja, em uma posição estratégica para controle e supervisão do coronel sobre seus trabalhadores. Com o passar do tempo e a apropriação de partes da fazenda por outras pessoas, reformas foram feitas. Segundo Carneiro (2004), a casa da professora ficava entre a casa grande, a casa do bispo e a igreja, refletindo seu prestígio. Apesar disso, pouco se sabe sobre sua origem ou formação. A escola, que oferecia ensino básico rudimentar, fechou em 2018, encerrando seu papel na comunidade.

Figura 1 - Estrutura da fazenda Feijão



Fonte: CARNEIRO, 2020. p.19.⁷

Segundo depoimentos de Carneiro (2004), o coronel Sizenando organizou a fazenda de forma estratégica, controlando serviços essenciais, incluindo educação. A escola local não tinha um caráter crítico, pois estava inserida em um contexto de poder coronelista⁸. Em 1999, a fazenda foi desapropriada para reforma agrária, e a escola passou a se chamar "Senador Paulo

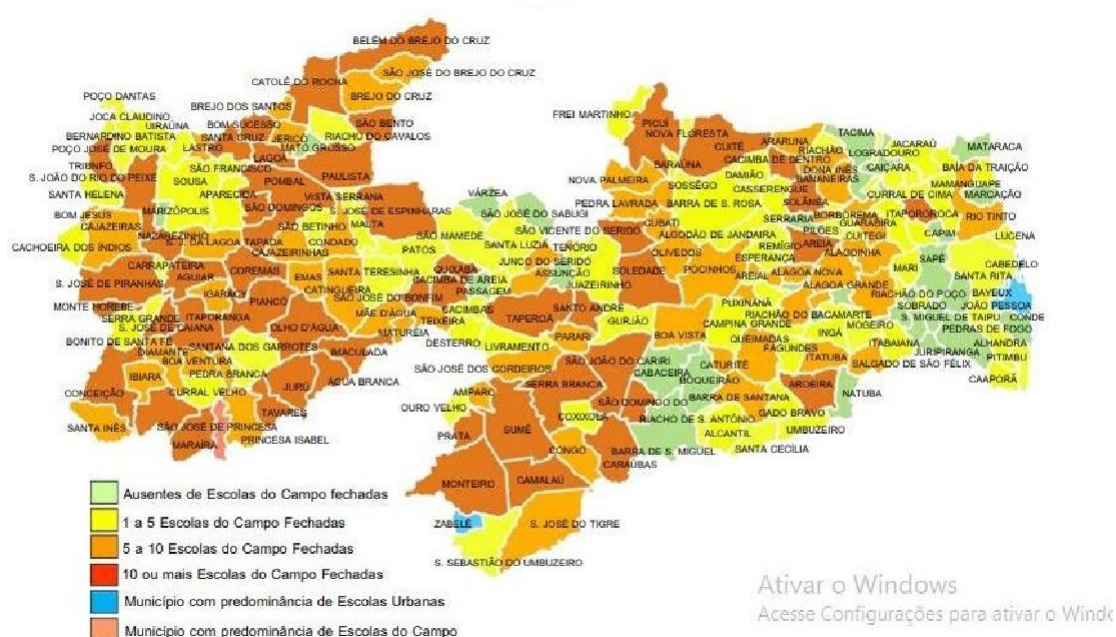
⁷ Desenho elaborado Vânderson V. Carneiro a partir de informações de Dona Ritinha (CARNEIRO, 2004).

⁸ Prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior do Brasil, que floresceu durante a Primeira República (1889-1930) e que configura uma forma de mandonismo em que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local.

Guerra", em homenagem ao último proprietário da fazenda. Em 2018, a escola foi fechada, e os alunos foram transferidos para outra escola a 18 km de distância. Em 2017, ela contava com 47 alunos e era também um centro cultural da comunidade.

O fechamento de escolas rurais, como a "Senador Paulo Guerra", é visto como parte de uma política que favorece interesses latifundiários. Entre 1998 e 2020, mais de 65 mil escolas rurais foram fechadas no Brasil (FARIAS; SILVA, 2021 p.95), refletindo a precarização da educação no campo, especialmente no Cariri Paraibano, onde mais da metade das escolas fecharam em oito anos (*Idem, Ibidem*). Isso demonstra a necessidade de repensar as políticas educacionais para garantir o acesso à educação de qualidade nas áreas rurais.

Figura 2 - Distribuição espacial das escolas do campo fechadas no Estado da Paraíba - 2014



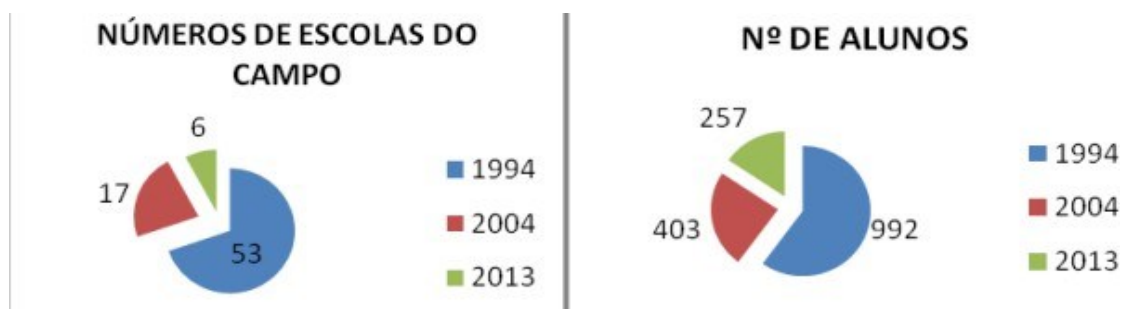
Fonte: SOUZA, 2017, p.83

O mapa acima nos indica o quanto foi generalizado o processo de fechamento de escolas na Paraíba no período recente.

Em Sumé, o Decreto nº 328/91 oficializou o sistema educacional do município, distribuindo as escolas entre zonas rural e urbana. As escolas rurais funcionavam em imóveis de propriedade privada, o que refletia a pouca valorização da estrutura escolar no campo (Ferreira, 2011). Em 1991, o município tinha 58 escolas, mas, ao longo dos anos, muitas foram fechadas ou transformadas em escolas-polo devido à queda no número de alunos. Entre 1994 e 2013, 47 escolas rurais foram fechadas em Sumé, gerando embates com o Movimento de

Educação do Campo (Miranda, 2013).

Figura 3 - Números de escolas do campo fechadas



Fonte: MIRANDA, 2013, p.57.

Entre 1994 e 2017, o município de Sumé fechou 47 das 53 escolas rurais, uma redução de quase 90% das escolas até então existentes no campo. Esse processo impactou negativamente a educação das comunidades camponesas, com a migração de alunos para escolas distantes e a precarização do ensino. O fechamento foi intensificado após a LDB de 1996, que municipalizou o ensino fundamental e incentivou a nucleação escolar. Isso favoreceu o agronegócio, esvaziando o campo e limitando o acesso à educação local. Em 2018, três das últimas seis escolas rurais restantes no município foram fechadas, incluindo a "Senador Paulo Guerra". A resistência da comunidade camponesa incluiu protestos e ações judiciais, demonstrando a importância da luta pela educação no campo. Nos anos que precederam ao seu fechamento, a escola no Assentamento contava com estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Jovens e Adultos (nas modalidades de cursos da EJA ou Projovem Campo), conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 - Total de alunos na Escola do Assentamento por ano e modalidade de ensino

Organização das turmas multisseriadas	Ano/modalidade de ensino	2013	2014	2015	2016	Organização das turmas multisseriadas	2017

as							
	Educação Infantil	10	13	15	03	Turma 1	04
Turma 1 (Ed.Inf., 1º e 2º anos EF)	1º ano	06	05	06	02	(Ed.Inf e 1º ano EF)	02
						Total de alunos	06
						Turma 1	
	2º ano	02	07	04	06	Turma 2 (2º e 3º anos	03
Total de alunos Turma 1		18	25	25	11	EF)	
	3º ano	09	07	08	05		09

Turma 2 (3º, 4º e 5º anos)						Total de	12
						alunos Turma 2	
	4º ano	06	06	08	05	Turma 3 (4º e 5º anos	06
	5º ano	06	05	03	06	EF)	05
Total de alunos Turma 2		21	18	19	16	Total de alunos	11
						Turma 3	
	EJA I	11	20	--	21		--
	EJA II	--	14	--	--		--

	Projovem Campo	--	--	--	--		14
Total geral de alunos matriculados na Escola		50	77	44	48		43

Fonte: Quadro construído pela autora a partir de dados da Secretaria de Educação do Município de Sumé, 2023.

Já notamos que no ano letivo de 2013 as turmas já se encontravam número significativo de alunos. No ano de 2014, o número total sobe de 50 para 77 alunos, aumentando ainda mais o quantitativo de alunos matriculados na escola, especialmente de jovens e adultos na EJA (34 matriculados nesta modalidade). Quanto a oferta da Educação Infantil obrigatória (crianças de 4 e 5 anos) e do Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano), a Escola Municipal Rural "Senador Paulo Guerra" organizava suas turmas de maneira multisseriada, em um modelo que reúne diferentes anos de ensino em uma única sala. Essa abordagem, no entanto, era caracterizada por um número excessivo de alunos em cada turma, refletindo mais uma necessidade financeira do que um critério pedagógico. Percebemos que de 2013 a 2016 a escola agrupava numa mesma turma todas as crianças da Educação Infantil, 1º e 2º anos do Ensino Fundamental (o que é proibido por lei, inclusive, dadas as especificidades da faixa etária). Especialmente nos anos de 2013, 2014 e 2015, a quantidade de estudantes da Educação Infantil já seria o suficiente para conformar uma turma (10, 13 e 15 alunos, respectivamente), contudo, a secretaria de educação ainda incluiu nas mesmas turmas outros 08, 12 e 10 alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, respectivamente.

Como exemplo, em 2015 a turma 1 agregava 25 alunos, dos quais 15 pertenciam à Educação Infantil e 10 estavam no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Essa configuração gerava uma sobrecarga significativa para os professores, que se viam obrigados a lidar com a diversidade de idades e níveis de aprendizado em um único ambiente, comprometendo assim a qualidade da educação oferecida. A prática de multisseriação no Brasil difere de sua aplicação em outros países, onde pode ser vista como uma *escolha pedagógica*. No entanto, no contexto

brasileiro, ela é geralmente adotada como uma solução administrativa para a escassez de recursos educacionais (Parente, 2014). Essa realidade evidencia a falta de investimentos adequados na educação rural e a necessidade urgente de políticas que promovam uma estrutura escolar mais equitativa e de qualidade.

Em 2017, houve uma tentativa de reorganização, dividindo as crianças em três turmas menores, melhorando potencialmente a condição de ensino. No entanto, em 2018, a escola foi fechada pela gestão do Prefeito Édén Duarte, mesmo com cerca de 40 alunos potenciais, causando forte reação da comunidade. Pais, professores e estudantes protestaram contra o fechamento e acusaram a Prefeitura de falta de diálogo. A mobilização incluiu audiências públicas, manifestações e ações judiciais para garantir o direito à educação nas comunidades rurais (Farias; Silva, 2021).

Abaixo foto de uma das mobilizações de mães e pais de alunos contra o fechamento das escolas do campo:

Figura 4 - Mobilizações de mães e pais contra o fechamento das escolas do campo



Fonte: arquivo pessoal de Carla Mailde, 2018.

A confiança na reabertura das escolas refletiu a esperança e determinação da comunidade de Sumé em garantir educação de qualidade para suas crianças no ambiente familiar. A resistência contra o fechamento das escolas destaca a importância da educação como base para o desenvolvimento da comunidade e demonstra a disposição das pessoas em lutar por esse direito fundamental.

Figura 5 - Conversa do secretário de educação com mães e pais de alunos



Fonte: <https://irpaa.org/noticias/1768/comunidades-rurais-de-sume-pb-lutam-contrafechamento-de-suas-escolas>

Em 2023, após uma longa batalha judicial, foi decidida a reabertura das escolas fechadas em 2018 no município de Sumé. No entanto, a Secretaria de Educação convocou uma reunião com os pais dos alunos, incluindo os do Assentamento Mandacaru, com o objetivo de convencê-los a manter as escolas fechadas. Este processo, bem como as entrevistas com membros da comunidade sobre o fechamento das escolas e seus impactos, será detalhado nos próximos tópicos do trabalho.

4 A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DA COMUNIDADE ACERCA DOS IMPACTOS DO FECHAMENTO DA ESCOLA

Neste tópico trataremos sobre os impactos do fechamento da escola no Assentamento, sob a perspectiva de diferentes sujeitos da comunidade. Para isso, foram entrevistadas 06 pessoas, sendo elas:

- 02 professoras (Professora “A”: moradora da comunidade, lecionava na escola que foi fechada e Professora “B”: mora na sede do município e leciona na escola para onde as crianças do Assentamento foram transferidas);

- 01 liderança local do Assentamento Mandacaru;

- 02 moradoras da comunidade (uma jovem e uma senhora); e

- 01 mãe de ex-alunos da escola que foi fechada.

Segue quadro com breve perfil dos (as) entrevistados(as) da pesquisa:

Quadro 2 - Entrevistados(as) da pesquisa

DOCENTE “A”	DOCENTE “B”	LIDERANÇA LOCAL	MORADORA LOCAL	MORADORA LOCAL	MÃE DE ALUNOS
			(Senhora)	(Jovem)	
Foi professora da escola Pedro Guerra do Assentamento Mandacaru quando de seu fechamento.	É professora na escola para onde as	Possui 47 anos de idade, trabalhou na agricultura e atualmente trabalha na Escola João de Sousa como cuidador educacional, além de acompanhar os alunos no transporte escolar no trajeto do Assentamento até a escola	Foi uma das primeiras a residir no Assentamento Mandacaru. Ela e o marido	Tem 15 anos de idade, com Ensino Fundamental completo, entrando no Ensino Médio. Reside atualmente no assentamento.	Mãe de ex-alunos da escola que foi fechada possui 31 anos de idade, trabalha na agricultura e tem 4 filhos, mora na
Possui 46 anos de idade, e 20 de anos de experiência como docente. É	crianças do Assentamento Mandacaru				

<p>moradora da comunidade, residindo na mesma quando ocorreu o fechamento da escola.</p>	<p>foram transferidas após o</p>	<p>João de Sousa.</p>	<p>vieram de</p>		<p>comunidade há</p>	
	<p>fechamento da escola no Assentamento (Escola Municipal João de Sousa, localizada no sítio Conceição, a cerca de 18 km de distância do Assentamento Mandacaru). Possui 45 anos de idade e</p>		<p>Monteiro em 1998-1999. Trabalhou como agricultora e</p>			<p>atualmente é aposentada.</p>
	<p>vivenciou o</p>					
	<p>processo de adaptação inicial das</p>					
	<p>crianças do Assentamento na Escola João de Sousa.</p>				<p>22 anos. Seus filhos estudaram na Escola Senador Paulo Guerra e atualmente 1 deles estuda na escola João de Sousa.</p>	

É importante destacar que das 06 pessoas que foram entrevistadas, 05 residem no Assentamento Mandacaru, com exceção, apenas, de uma das professoras (docente “B”).

Para a realização das entrevistas e sua análise elencamos 5 pré-categorias, que foram:

- *Acompanhamento familiar da vida dos filhos*
- *Aproveitamento pedagógico (aprendizagem) das crianças*
- *Transporte escolar e desgaste físico/emocional das crianças*
- *Prejuízo educacional para jovens, adultos e idosos na comunidade*
- *Integração escola-comunidade*

Após a realização das entrevistas, todas foram transcritas integralmente e as respostas agrupadas conforme as pré-categorias de análise, de modo a cruzarmos a visão de diferentes sujeitos da comunidade (docentes, moradoras, mãe e liderança) sobre os possíveis impactos do fechamento da escola na vida escolar e comunitária das crianças e jovens do Assentamento.

Seguindo o critério de exaustividade proposto por Bardin (2011) na análise de conteúdo, todas as entrevistas foram examinadas em sua totalidade, de modo a garantir que nenhum elemento relevante fosse negligenciado. Esse processo consistiu em analisar cada entrevista integralmente, respeitando o conteúdo completo das falas dos (as) participantes.

A partir dessa análise, as falas foram organizadas em categorias temáticas, conforme sugere Bardin (2011), o que permitiu identificar e agrupar os principais temas e padrões recorrentes nos discursos. Essa abordagem possibilitou uma análise mais profunda e detalhada dos conteúdos levantados, assegurando rigor metodológico e precisão interpretativa.

No decorrer da análise, outras duas categorias emergiram a partir das entrevistas realizadas, sendo elas:

- *Sobre a suposta “concordância” das famílias em manter a escola fechada em 2023*
- *Continuidade da velha política: pressão em vésperas de eleição municipal em 2024*

Nos subtópicos seguintes, discutiremos nossos dados a partir das categorias mencionadas, de modo a compreender a percepção dos sujeitos da comunidade (docentes, mães e lideranças) acerca dos impactos do fechamento da escola na comunidade durante os 07 últimos anos - e as razões da suposta “concordância” das famílias em mantê-la fechada.

4.1 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR DA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

O fechamento da escola na comunidade do Assentamento Mandacaru gerou diversos impactos, especialmente na participação das mães na vida escolar dos filhos. Antes da mudança, as mães acompanhavam ativamente as reuniões e eventos. Uma mãe entrevistada destacou que, na escola da comunidade, ela participava "sempre", ressaltando a importância que dava a esses encontros. Outra moradora disse que "a escola faz uma falta, as coisas bem pertinho", apontando a facilidade que a proximidade trazia.

Com a transferência dos alunos para a Escola Municipal "João de Sousa", no sítio Conceição a cerca de 15 km do assentamento, a participação diminuiu. A professora "B" relatou que "as mães participam das reuniões com frequência, a não ser as que trabalham no Assentamento", indicando que, apesar do esforço, o deslocamento e os horários dificultavam o envolvimento. Uma mãe afirmou que há mais de dois anos não participa das reuniões, desde que sua filha mais nova entrou no sétimo ano: "só fui lá quando ela estava no 5º ano, do 5º pra cá eu não fui mais".

Esses depoimentos evidenciam que a distância e a falta de diálogo entre a escola e as famílias reduziram significativamente o envolvimento parental, afetando o desenvolvimento escolar das crianças e a parceria escola-família.

4.2 APROVEITAMENTO PEDAGÓGICO (APRENDIZAGEM) DAS CRIANÇAS

A transferência das crianças do Assentamento Mandacaru para a Escola Municipal "João de Sousa" gerou preocupações sobre o aproveitamento pedagógico. Levanta-se a hipótese de que o trajeto até a nova escola impactou negativamente a aprendizagem. Uma moradora destacou a qualidade do ensino anterior, mencionando a professora Josenita, afirmando que sua neta "veio aprender alguma coisa aqui", mas que, após a mudança, se "uniu com esse povo errado".

A docente "A", que ensinava na escola do Assentamento, elogiou o modelo de ensino multisseriado, afirmando que, embora fosse desafiador, proporcionava uma boa base para os alunos: "Eu achava excelente, porque apesar de ser multiseriada era uma vantagem boa." Essa abordagem é respaldada pelo Decreto Nº 7.352/2010, que prevê a organização de turmas com alunos de diferentes idades, visando o cumprimento do direito à educação escolar no campo (BRASIL, 2010).

As mães entrevistadas expressaram preocupações sobre o impacto da mudança no desempenho escolar. Uma mãe comentou: “Muito, até hoje o desempenho de uma das minhas filhas... o menino como já estava muito evoluído não sentiu muito não, mas a menina até agora sente.” Outra mãe acrescentou: “A criança que se acorda... 5 horas, ele vai o caminho todinho dormindo... o desempenho dele na escola... acho que o aproveitamento dele é menos da metade.”

Esses depoimentos evidenciam que o deslocamento longo e cansativo até a nova escola prejudica o aprendizado das crianças, ressaltando a necessidade de garantir a educação nas comunidades rurais, conforme estabelece a legislação. A falta de proximidade com a escola compromete o envolvimento familiar e o desenvolvimento acadêmico, colocando em risco o direito à educação de qualidade para os alunos do Assentamento.

4.3 TRANSPORTE ESCOLAR E DESGASTE FÍSICO/EMOCIONAL DAS CRIANÇAS

O deslocamento diário das crianças do Assentamento Mandacaru para a escola atual revela condições desafiadoras que impactam significativamente sua rotina e aprendizado. Segundo a legislação, a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental devem ser oferecidos nas comunidades rurais, evitando deslocamentos forçados. O Art. 3º da Resolução de 2008 estipula que "A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais" (BRASIL, 2008). Contudo, a mesma resolução permite, de forma excepcional, o deslocamento de crianças para escolas nucleadas, o que tem contribuído para o fechamento de muitas escolas em áreas rurais.

Os relatos de mães destacam a dificuldade do trajeto. Uma mãe comentou sobre o tempo gasto: “As crianças mesmo passam aqui 6 e pouco [da manhã], quer dizer você indo e voltando é uma hora a mais.” Outro depoimento de uma mãe mencionou o impacto do deslocamento no rendimento escolar de suas filhas: “Muito, até hoje o desempenho de uma das minhas filhas... o menino como já estava muito evoluído não sentiu muito não, mas a menina até agora sente.”

A docente “B” relatou que as crianças frequentemente acordam muito cedo e, por vezes, não tomam café: “Às vezes eles acordam cedo e não tomam o café, aí às vezes chegam enjoados mesmo.” Ela também mencionou as dificuldades enfrentadas no transporte, especialmente em dias frios, destacando que “na parte do frio os alunos sofriam mais... tem uns que vem dormindo e outros que não.”

A professora também falou sobre sua própria experiência de deslocamento para pegar as crianças: “Demorava aproximadamente 1 hora e meia... o ônibus ia muito devagar.” Esses

relatos evidenciam não apenas o cansaço e os riscos à saúde das crianças durante o trajeto, mas, também, os desafios enfrentados pelos docentes.

Além disso, a liderança local mencionou que “o desafio para os pais foi muito grande... agora tem que sair de 5 da manhã.” Essa realidade é agravada pela iminente demanda por escolarização, já que há um número considerável de bebês na comunidade que em breve atingirão a idade escolar obrigatória.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) também garante, em seu Art. 4º, a vaga na escola pública de educação infantil ou ensino fundamental mais próxima da residência, assegurando, assim, o direito à educação (BRASIL, 1996). A ausência de uma escola na comunidade do Assentamento Mandacaru representa uma violação desse direito, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a escolarização na própria localidade, especialmente para as crianças em idade escolar.

4.4 PREJUÍZO DO DIREITO EDUCACIONAL PARA JOVENS, ADULTOS E IDOSOS DA COMUNIDADE

O fechamento da escola no Assentamento Mandacaru prejudicou não apenas as crianças, mas, também, a população jovem, adulta e idosa que não teve a oportunidade de concluir a escolarização regular. De acordo com a Docente A, a distância da escola dificultou o retorno dos jovens à educação: “(...) aqui é mais fácil do jovem que não terminou a escola ele voltar, mas por conta da distância ele não tem como terminar mais, complicou tudo.”

A liderança local destacou a importância da educação noturna para os que não podem estudar durante o dia, afirmando que isso poderia abrir oportunidades para os jovens, como a possibilidade de ingressar na universidade. A falta de escolarização é corroborada pelos relatos da moradora jovem, que mencionou o fechamento do projeto Projovem Campo⁹ e a necessidade de uma escola aberta, que teria proporcionado oportunidades para muitos: “(...) se atualmente ainda estivesse aberta e com o projeto funcionando, muitas pessoas teriam oportunidade pra concluir [seus estudos].”

⁹ O Projovem Campo - Saberes da Terra, foi implementado em 2005 visando oferecer qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visava, assim, ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico- racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo (Cf. Site do MEC).

A Resolução do MEC de 2008, estabelece que a educação do campo deve atender à população rural que não teve acesso ou não concluiu seus estudos: “Art. 1º [...] 4º A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos...” Contudo, na prática, esse direito à educação básica não é assegurado, especialmente após o fechamento de escolas no campo, evidenciando uma grave violação dos direitos educacionais.

Além disso, a fala de uma moradora ressaltou a importância da escola na comunidade: “(...) se uma mãe de família não quer a escola aqui dentro [do Assentamento], nem que o filho estude aqui e continua morando aqui dentro... pra quê?” Isso demonstra que a presença da escola é vista como essencial para a vida comunitária e familiar, reforçando os laços sociais.

Por outro lado, a Docente A observou que as atividades escolares não promoviam uma integração ampla com a comunidade: “Só [tinham] as comemorações tradicionais na escola mesmo.” A Docente B apontou questões sociais, como a gravidez precoce entre meninas da comunidade, afirmando que a escola poderia ajudar a combater esse problema: “(...) eu acho que devido ao pessoal ser pai e mãe de família tão jovem talvez possa ser que eles não conscientizem as crianças.”

Os relatos enfatizam que a escola não é apenas um espaço de aprendizado, mas, também, um centro de articulação política e social. A falta dela foi sentida de forma profunda na comunidade, levando à percepção de que “depois que a escola fechou o assentamento acabou” e que “a economia da comunidade não gira mais.” Portanto, a continuidade da escola no Assentamento Mandacaru é vital para garantir o acesso à educação e promover a inclusão social e cultural da população.

4.5 SOBRE A INTEGRAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

A análise da importância da escola na comunidade do Assentamento Mandacaru é evidenciada por uma fala de uma moradora que destaca a relação entre a convivência das crianças e a comunidade. Ela afirma que, para muitas mães, a educação local é fundamental, pois a ausência da escola na comunidade desestimula a permanência das famílias. A moradora expressa sua preocupação: “Se uma mãe de família não quer a escola aqui dentro [do Assentamento], nem que o filho estude aqui... por que se eu tivesse uma criança e [ela] não estudasse aqui eu também não queria morar aqui não, pra quê?” Isso ilustra a relevância que a escola tem na dinâmica familiar e comunitária.

O impacto do fechamento da escola na dinâmica da comunidade é dramático. Uma

depoente menciona que “depois que a escola fechou o assentamento acabou” e outros moradores relatam que “depois que a escola fechou a economia da comunidade não gira mais.” Isso enfatiza que a escola vai além da mera escolarização infantil; ela é um espaço de articulação política e social, atuando como um centro de recursos que beneficia não apenas os alunos, mas, também, pais e outros membros da comunidade.

Contraopondo-se a essa visão, a Docente A oferece uma perspectiva diferente sobre o papel da escola. Para ela, as atividades escolares eram mais voltadas para os alunos, com uma limitada interação com a comunidade. Ela afirma: “Só [tinham] as comemorações tradicionais na escola mesmo. [...] mas quando era as crianças eram só as crianças, mais o [ensino, perspectiva] tradicional, né?” Isso sugere que, apesar da escola ter um papel relevante na vida da comunidade, havia uma possível desconexão entre as atividades culturais mais gerais das famílias e as atividades escolares.

A Docente B, por sua vez, aborda uma questão social crítica ao mencionar que, na cultura do assentamento, é comum meninas se casarem e engravidarem muito jovens. Ela relata um caso: “Tem aluna minha do 2º ano que a irmã dela teve um bebezinho agora, e a mãe veio descobrir [apenas] quando a menina estava com 7 meses.” Para a docente, essa realidade reflete uma falta de conscientização que pode ser relacionada à ausência da escola na comunidade, afirmando que “(...) devido ao pessoal ser pai e mãe de família tão jovem, talvez, possa ser que eles não conscientizem as crianças [acerca dos impactos e responsabilidades da maternidade/paternidade na adolescência]”.

4.6 SOBRE A SUPOSTA “CONCORDÂNCIA” DAS FAMÍLIAS EM MANTER A ESCOLA FECHADA EM 2023

A pesquisa revelou estratégias utilizadas pela Prefeitura de Sumé para convencer as famílias do Assentamento Mandacaru a manterem a escola fechada, mesmo após decisão judicial favorável à reabertura. Durante uma reunião em 26 de maio de 2023, apenas algumas mães de alunos da escola "João de Sousa" foram convidadas a participar, enquanto muitos outros membros da comunidade ficaram de fora. Uma mãe de ex-aluno relatou: “Eu não estive presente não, minha irmã foi, e disseram que quem não tivesse aluno em sala de aula não precisava ir lá.” Essa exclusão demonstrou uma ação antidemocrática, já que a escola é de interesse de toda a comunidade.

A Prefeitura alegou que a reabertura da escola no Assentamento resultaria no fechamento da escola "João de Sousa". Um depoente mencionou que o Secretário de Educação afirmou que, ao abrir a escola do Assentamento, a escola da Conceição seria fechada: “(...)

abrindo aqui (escola no Assentamento) fechava lá (Escola João de Sousa).” Essa chantagem foi reforçada por um discurso extraoficial que buscou deslegitimar as necessidades educacionais da comunidade, colocando em risco a educação de crianças já matriculadas.

A gestão municipal também ofereceu uma falsa “escolha” entre reabrir a escola do Assentamento sem reformas ou manter os alunos na escola "João de Sousa", que já havia sido reformada. A Docente B destacou as preocupações das mães sobre a infraestrutura: “algumas mães relataram que não tinham condições para viabilizar a reabertura, enfatizando a necessidade de uma infraestrutura adequada.”.

Para desviar a atenção da reabertura, a Prefeitura rapidamente transformou o espaço da antiga escola em um "Centro de Confeção Sebastião Sotero da Silva", inaugurado em novembro de 2023. Essa mudança, apresentada como uma forma de gerar empregos, trouxe apenas 10 vagas em uma comunidade de alta vulnerabilidade social. Um depoente destacou: “(...) depois que a escola fechou, o assentamento acabou”, evidenciando o impacto negativo do fechamento da escola na economia e na dinâmica social da comunidade.

A gestão municipal restringiu o debate sobre o fechamento da escola, resultando em um “convencimento” superficial da comunidade. O uso da chantagem para colocar em oposição os direitos à educação e ao emprego foi uma estratégia recorrente, como evidenciado em situações passadas em outras comunidades, onde a Prefeitura também contrapôs saúde e educação.

Assim, as seguintes estratégias do suposto convencimento foram identificadas:

1. Não realizar reuniões no Assentamento sobre a reabertura da escola;
2. Restringir a participação da comunidade na discussão, convidando apenas pais e mães de alunos da escola "João de Sousa”;
3. Utilizar a chantagem da ameaça de fechamento da escola "João de Sousa”, caso a escola do Assentamento fosse reaberta; e
4. Oferecer uma escolha ilusória entre emprego e educação, inaugurando rapidamente um centro de confeção no local da antiga escola.

As ações da gestão revelam uma estratégia deliberada para marginalizar a classe camponesa na sociedade. Ao restringir o acesso dessa população ao direito fundamental à educação, a administração busca manter um controle sobre a comunidade. Essa tentativa de exclusão é acompanhada por um esforço para obter o respaldo formal da comunidade, embora esse apoio seja descrito como frágil e superficial.

Além disso, a gestão recorre a métodos de chantagem para garantir que a escola permaneça fechada na localidade, criando um ambiente em que a educação é negada como um direito, ao mesmo tempo em que se busca a aparência de legitimidade e aceitação por parte da população local.

4.7 CONTINUIDADE DA VELHA POLÍTICA: PRESSÃO SEMIFEUDAL EM VÉSPERAS DE ELEIÇÃO MUNICIPAL EM 2024

Em 2024, a cidade de Sumé (PB) enfrentou um cenário político competitivo, especialmente diante da preocupação da população com questões como o fechamento das escolas do campo. As eleições municipais contaram com três concorrentes: Manezinho Lourenço (MDB), um dos maiores latifundiários do Cariri Paraibano e vice-prefeito de Eden Duarte na gestão 2021-2024, que saiu vitorioso; Doutor Neto (PSB), que teve Eden Duarte como vice-prefeito em suas gestões anteriores; e Juninho (PL), que acabou sendo apoiado por Eden Duarte, formando a chapa da “situação”. Eden Duarte possui vínculos políticos com Doutor Neto, enquanto Manezinho tem relação de parentesco com ambos. Essa conexão entre os candidatos evidencia a continuidade de grupos políticos na administração da cidade, todos pertencentes às oligarquias latifundiárias locais, enquanto a população demonstra crescente insatisfação com a situação educacional e outros desafios.

A gestão atual, em vez de responder às demandas por reabertura, intensificou a pressão sobre aqueles que lideravam as mobilizações. Táticas coercitivas, incluindo ameaças (e efetivação) de demissão, foram utilizadas para silenciar opositores políticos e defensores da educação.

Em uma tentativa de apresentar uma imagem positiva, o prefeito Eden Duarte, acompanhado de seu candidato a prefeito Juninho e a vereador Arimateia, visitou o Assentamento Mandacaru em agosto de 2024 e o atual fabrico na comunidade, onde funcionava a antiga escola que fora fechada em 2018, conduzindo entrevistas com mães de alunos. No entanto, essas mães, visivelmente constrangidas, foram levadas a declarar que não havia problemas com o fechamento da escola, afirmando que “está tudo muito bem.” As falas dessas mulheres, capturadas em um vídeo que circulou nas redes sociais, refletem o clima de pressão que permeia a comunidade, onde a sinceridade pode ser sacrificada em favor de uma narrativa que favorece a gestão.

Em um das falas do então prefeito Eden Duarte destaca que as mães presentes estão conseguindo trabalhar hoje no Assentamento Mandacaru por que

(...) nós começamos uma política pública de geração de emprego e renda e uma das primeiras coisas que fizemos foi justamente trazer para o município de Sumé essas empresas, que se instalaram no município. Para a nossa surpresa, há planos de governo dizendo que vão fechar [o fabrico]; no nosso [plano de governo], não, nós vamos ampliar, vamos aumentar, melhorar e deixar garantido para que essas mães trabalhadoras possam levar o sustento de cada dia. (Prefeito de Sumé em exercício, Éden Duarte, Agosto, 2024).

O prefeito se refere às proposições de reabertura da escola, o que não necessariamente implicaria em fechamento do fabrico na comunidade, mas percebemos que a utilização da identificada chantagem entre o direito à educação e ao trabalho seguiu como estratégia de propaganda eleitoral e de manutenção de sua gestão.

O então candidato à prefeito, Juninho, apoiado pela situação fala:

(...) eu fico feliz em ter sido convidado pra vir participar aqui desse momento com vocês, quero mais uma vez reafirmar com você Daniel [empresário dono da empresa Limp Anjo], com você Arimatéia [candidato à vereador], com Éden e vocês mães, que nosso compromisso em manter esse empreendimento aqui vai ser mantido. Quero também dizer a vocês que **a gente respeita a decisão de vocês como mães que optaram pela nucleação da escola**, que seus filhos estão muito bem cuidados lá na escola [no sítio] da Conceição, então isso vai ser mantido, esse respeito, **essa decisão que vocês pediram**, da mesma forma a gente vai continuar investindo aqui no Assentamento Mandacaru com mais investimento, com mais empreendimentos, vamos trazer mais condições de trabalho para vocês. Então, fiquem sossegadas, fiquem despreocupadas, que **a partir de 2025 vocês estarão trabalhando aqui**. (Candidato à prefeito, Juninho, grifos nossos).

É visível a distorção aberta que o candidato à prefeitura do município de Sumé fez com relação ao processo de fechamento da escola no Assentamento, fingindo ignorar o amplo processo de questionamento, resistência e luta por sua reabertura que a comunidade, juntamente com outras, empreenderam. O discurso de que a “decisão” pelo fechamento da escola foi das mães, além de mentiroso é cruel com essas mães, as quais justamente foram, juntamente com as crianças, as mais prejudicadas neste processo. Por sua vez, o candidato reitera a chantagem e promessa de que “a partir de 2025” as mães teriam o emprego no fabrico (o qual comporta apenas 10 trabalhadores), a depender, claro, de sua vitória eleitoral.

Deste modo, o cerceamento ao direito educacional da comunidade é tratado como “escolha das mães”, enquanto que o direito ao trabalho na comunidade é manejado como moeda de troca eleitoral, típico das relações semifeudais no campo.

Sobre ter conseguido o emprego no fabrico, uma das mães e antiga professora na escola fechada na comunidade, que deu entrevista neste dia visivelmente constrangida, disse:

Eu vim aqui outro dia, aí Daniel [empresário dono da empresa Limp Anjo] estava, as meninas falaram “por que tu não fala com Daniel?” aí eu falei, quando foi no final de janeiro ele me chamou para vir trabalhar, comecei a trabalhar, é uma coisa que eu gosto de fazer né, por que quando eu, além de ser professora, eu também fiz o curso

que foi na gestão de Éden, que botou o curso dos 10 meses para corte de costura, eu fiz já garantindo, por que **quando não [se] tem uma coisa tem outra, né?** Ai ele me chamou e eu estou aqui até hoje e digo todo dia às meninas aqui, que dou graças à Deus por estar trabalhando, que é na porta de casa, **não estou arriscando minha vida indo pra Conceição** [sítio onde as crianças passaram a estudar], não estou gastando gasolina, nem peça de moto, nem nada, é na porta de casa e ainda posso trazer meu filho, por que não tenho com quem deixar.

Essa fala de uma mãe na comunidade e antiga professora da escola que foi fechada é expressiva. Nas condições da entrevista, ela não poderia dizer outra coisa. Diz achar muito bom ter feito o curso de corte e costura e atualmente ter o emprego, já que “quando não se tem uma coisa, tem outra”... O que não significa dizer que prefere deixar de atuar na docência para trabalhar no fabrico, nem tampouco significa que teria concordado com o processo de fechamento da escola. Outra questão que nos chama a atenção é o fato dela mencionar que não está “arriscando a vida indo pra Conceição”, pois é justamente o sítio para onde diariamente as crianças (inclusive de 4 anos, autistas e outras) têm sido levadas para estudar desde que a escola foi fechada em sua comunidade. A forma como o emprego foi conseguido (com conversas e influência política) ilustra os laços semifeudais necessários de serem mantidos para o controle da população no país, particularmente no campo.

Outra pessoa da comunidade foi levada a falar sobre a escola para a qual seu filho foi transferido, quando do fechamento da escola na comunidade. É outra fala que expressa as relações de subalternidade perante o poder público municipal.

Em relação à escola [João de Souza, no sítio da Conceição] não tem o que dizer, não, por que é uma escola perfeita para os meus filhos, **eles não reclamam de nada quando chegam em casa**. Não tem o que dizer da escola, **é uma escola bem estruturada, alimentação não tem o que dizer**, por que a criança chega na escola ainda toma café, tem o lanche e ainda tem um dia de almoço. Não tem o que falar da escola da Conceição, não. Eles gostam demais de lá, principalmente o meu pequenininho, que adora a professora, não sai de perto. (grifos nossos).

Pela fala desta mãe de aluno, o fato de a escola ser bem estruturada, ter alimentação regular e os filhos não reclamarem de lá são sinais positivos para avaliação da escola. No entanto, não foi perguntado a essa mãe (e nem tampouco ela poderia se expressar quanto a isso no contexto da entrevista) se ela não acharia melhor que em sua comunidade também tivesse uma escola bem estruturada, com boa alimentação e qualidade de ensino, pois este é o direito que está sendo negado à sua comunidade.

Neste contexto de campanha acirrada no município, mais de 50 pessoas¹⁰ foram

¹⁰ Informações obtidas pela autora por meio de contato telefônico da autora com pessoas que foram demitidas e com algumas que trabalham na prefeitura e que preferiram não se identificar

demitidas no período que antecedeu as eleições, a maior parte delas trabalhadoras em empresas terceirizadas, um indicativo claro de que a chantagem quanto a questão do emprego era uma realidade palpável a ser considerada, limitando e coibindo a livre expressão de opinião e pensamento da população. Essa estratégia de intimidação demonstrou não apenas a fragilidade das vozes que clamam por mudança, mas que estão de alguma maneira dependentes dos vínculos políticos com as oligarquias locais, mas também centralmente a falta de compromisso da administração com o direito à educação.

Essa realidade expõe um cenário alarmante, onde o direito à educação e à liberdade de expressão são constantemente ameaçados. O fechamento das escolas do campo não é apenas uma questão educacional; é um reflexo da luta pela dignidade e pelos direitos das comunidades camponesas. A resistência pela reabertura das escolas do campo continua sendo um ponto crucial na busca por justiça social e equidade educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos do fechamento da escola rural no Assentamento Mandacaru, no município de Sumé, a partir da perspectiva dos diversos sujeitos envolvidos nesse processo. Através de uma abordagem materialista e dialética, historiográfica e documental, a pesquisa explorou o desenvolvimento do latifúndio na região, a fundação e o histórico da escola no Assentamento e os conflitos desencadeados pelo seu fechamento em 2018.

Os resultados foram apresentados em três tópicos deste trabalho, após a introdução: o primeiro examina brevemente a questão agrária no Brasil e na Paraíba, abordando a formação dos latifúndios e o capitalismo burocrático na exploração do campesinato. O tópico seguinte apresenta o histórico da Fazenda Feijão, onde está localizado o atual Assentamento Mandacaru, aborda sobre o surgimento da escola na comunidade e discute a política de nucleação escolar no município, que resultou no fechamento da Escola Municipal “Senador Paulo Guerra”. O último tópico, por fim, apresenta a análise das entrevistas com membros da comunidade, evidenciando os profundos e variados impactos desse fechamento.

Principais Conclusões:

- O fechamento da escola foi uma decisão autoritária e desconsiderou os direitos educacionais da comunidade, sendo um reflexo das práticas de exploração e controle características do capitalismo burocrático.
- O deslocamento dos estudantes para outras escolas gerou dificuldades de transporte, adaptação e aprendizagem, impactando especialmente as crianças mais novas, para as quais a oferta de educação infantil deveria ser obrigatória na própria comunidade.
- O fechamento da escola afetou negativamente o direito da população jovem, adulta e idosa da comunidade à escolarização básica, ao interromper a oferta de EJA e Projovem Campo.
- A medida afetou a vida comunitária, reduzindo a organização social e prejudicando os laços de identidade camponesa. Os professores também sofreram com a mudança, sendo realocados para outras

escolas sem apoio adequado.

- A comunidade reagiu com resistência e mobilização, reivindicando a reabertura da escola, mas enfrentou manobras da prefeitura, que buscou “convencer” a população a aceitar o fechamento através de ameaças e chantagens, inclusive contrapondo o direito ao emprego ao direito à educação - estratégia que voltou a ser utilizada nas vésperas do pleito eleitoral municipal, em 2024.

A situação das escolas do campo em 2024 no período eleitoral, especialmente em relação ao fechamento das unidades educacionais na zona rural, evidencia a continuidade de uma postura antidemocrática por parte da gestão municipal, que escolhe a pressão e a intimidação em vez do cumprimento do direito das famílias e da comunidade. Em vez de atender aos pedidos de reabertura das escolas e garantir o direito fundamental à educação no próprio local, a administração opta por ações coercitivas para controlar e silenciar os defensores desse direito, utilizando ameaças de demissão e desmobilização política.

A visita em setembro de 2024, do prefeito em exercício ao Assentamento Mandacaru e as falas que ele e seus aliados conduziram, forçando mães a exporem declarações que claramente atendem a interesses políticos de seu grupo, demonstram a manipulação do direito ao trabalho e à educação como moedas de troca eleitoral. As falas das mães, embora carregadas de constrangimento, revelam um profundo conflito entre a sinceridade de suas verdadeiras necessidades e o discurso que foram obrigadas a apresentar, sob o risco de perderem o pouco que possuem.

Além disso, as demissões de mais de 50 pessoas durante o período eleitoral refletem o comprometimento da gestão em manter a dependência e submissão da comunidade através de práticas de assédio e intimidação. Essa postura, que associa o direito à educação ao temor da perda do emprego, aponta para uma relação semifeudal de controle político no campo, em que a administração pública oligárquica, o que é típico em países de capitalismo burocrático, se distancia de seu compromisso social, substituindo o direito à educação pelo controle autoritário e pela insegurança trabalhista.

Essa realidade crítica demonstra que o fechamento das escolas no campo é mais que uma questão educacional; trata-se de uma afronta à dignidade e aos direitos das comunidades. A luta pela reabertura das escolas no campo é, portanto, um símbolo maior na busca por justiça social e equidade educacional, essenciais para garantir que as vozes dessas comunidades não sejam apenas ouvidas, mas respeitadas. O descaso do governo municipal e do Estado brasileiro,

de modo geral, é, assim, uma barreira à construção de uma sociedade de fato democrática e solidária, onde a educação e o trabalho sejam direitos efetivamente protegidos e respeitados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962; Revista do IHGB, 1910. v. 2. p.18-24; PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a história da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. v.1.
- ALMEIDA, J. **História agrária do Brasil**. São Paulo: Editora X, 2008.
- BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900-1950)**. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de Campina Grande, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL, 1996. LDB
- BRASIL, 2008. Resolução de 2008 BRASIL, 2010. Decreto Nº 7.352/2010 BRASIL, 2016. Pesquisa INEP.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.
- FARIAS, Danilo; SILVA, Maria do Socorro. AÇÕES DO PODER PÚBLICO E DAS COMUNIDADES NO EMBATE CONTRA O FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CARIRI PARAIBANO. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 3, p. 89-114, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>
- FERREIRA, Maysa Diniz. **A organização do trabalho pedagógico nas escolas multisseriadas: na busca de fazer diferente** Sumé: UFCG/CDSA. Curso de Especialização em Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido. 2011 (monografia - Especialização)
- CARNEIRO, Rubens Barbosa. **Coronelismo no Cariri da Paraíba: o caso da fazenda feijão em Sumé**, 2010.
- CAVALCANTE NETO, Faustino. **O Programa Nacional de Reforma Agrária do INCRA: a formação dos primeiros assentamentos do Cariri paraibano (1995 a 2001)**. ANPUH Brasil. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária e reforma agrária no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 255 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

JOFFILY, I. **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba**: compreendendo o território de todo o estado do mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte. Tomo I. Paraíba, 1893. Disponível em: file:///D:/Documents/Desktop/PARA%20BACKUP/UFCG/Orientação%20UFCG/Amanda%20Cariri/textos/SESMARIAS-PARAIBA_bndigital0248.pdf. Acesso em 12 de jun. de 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo. Editora Escala. 2007.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MIRANDA, Josinalda Neusa de Souza. **Política de nucleação de escolas do campo**: um estudo sobre a constituição da educação do campo e sua relação com o processo de nucleação. Monografia. Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. Universidade Estadual da Paraíba, 2013.

NASCIMENTO, Tomires Costa. S. A QUESTÃO AGRÁRIA E A FORMAÇÃO DO CAMPESinATO NEGRO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB: UMA DISCUSSÃO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA. PROFSOCIO - SUMÉ-PB 2020.

OLIVEIRA, Amanda Cariri de. (2023). A QUESTÃO AGRÁRIA E O FECHAMENTO DA ESCOLA DO CAMPO NO ASSENTAMENTO MANDACARU (SUMÉ – PB): RELATOS DE DIFERENTES SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO

PEREIRA, Camila Castiliano. **A política de fechamento de escolas no campo na região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: UTP, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação).

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **A conquista do sertão paraibano**. In: A Paraíba nos 500 anos do Brasil. Anais do Ciclo de debates do IHGP. João Pessoa – Paraíba, 2000.

SOUZA, Rivamberg Virgulino de. **Educação do campo e políticas públicas**: retratos sobre o fechamento das escolas campesinas do Estado da Paraíba. 2017.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**: uma análise das políticas educacionais no estado de Rondônia a partir de 1990. 2014. 405 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

APENDICES

APENDICE 1 - QUESTIONÁRIO DESTINADO A MÃES DOS ALUNOS

1. Nome:
2. Idade:
3. Com que trabalha?
4. Quantos filhos você possui?
5. Quanto tempo mora na comunidade?
6. Como era o acompanhamento escolar dos filhos com a escola na comunidade? Você participava das reuniões na escola?
7. Você foi favorável ao processo de fechamento/nucleação na escola?
8. Tinha festividades/ celebrações na escola? Você participava? O que você achava disso?
9. E hoje? Você participa das reuniões na escola de seu filho? Como é o acompanhamento escolar atualmente? Quais diferenças você sente ou percebe?
10. Sobre o transporte escolar: você se sente segura com seus filhos se deslocando diariamente? Já houve problemas durante o percurso no transporte escolar?
11. Seus filhos sentiram muita diferença com a mudança da escola e o deslocamento?
12. Que horas eles precisam acordar para pegar o transporte? Que horas eles chegam da escola? E antes, como era? O que você acha dessa mudança nos horários e rotina das crianças?
13. Você conhece pessoas que estudavam no EJA? Sabe se elas deram continuidade aos estudos?

Como você tomou conhecimento do processo de fechamento/nucleação da escola?

**APENDICE 2 - QUESTIONÁRIO DESTINADO PARA PROFESSORA DE ESCOLA
QUE FOI FECHADA**

1. Nome:
2. Idade:
3. Com que trabalha?
4. Quantos filhos você possui?
5. Quanto tempo mora na comunidade?
6. Como era o acompanhamento escolar dos filhos com a escola na comunidade? Você participava das reuniões na escola?
7. Tinha festividades/ celebrações na escola? Você participava? O que você achava disso?
8. Quando a escola funcionava na comunidade, você lecionava para qual ou quais turmas?
9. Como era a participação dos pais/mães no acompanhamento escolar dos filhos? E nas reuniões escolares?
10. Onde trabalha atualmente? Na docência ou em outra atividade? Se em outra, qual?
11. Tempo de deslocamento para o trabalho (no caso de ser em outra escola)?
12. Aproveitamento pedagógico das crianças quando estudavam na comunidade e após o fechamento, como avalia?

Você conhece pessoas que estudavam no EJA? Sabe se elas deram continuidade aos estudos?

APENDICE 3 - QUESTIONÁRIO DESTINADO PARA LÍDER DA COMUNIDADE

1. Nome:
2. Idade:
3. Com o que trabalha?
4. Quantos filhos você possui?
5. Quanto tempo mora na comunidade?
6. Você foi favorável ao processo de fechamento/nucleação na escola?
7. Como você avalia o impacto do fechamento da escola do campo em sua comunidade?
8. Quais são os principais desafios que a comunidade enfrentou após o fechamento da escola?
9. Qual é a sua opinião sobre o movimento de educação do campo? Você acredita que ele é importante para a comunidade rural de Sumé?
10. Quais medidas ou iniciativas a comunidade adotou para lidar com o fechamento da escola do campo?
11. O que você acha que as autoridades locais e estaduais poderiam fazer para apoiar a educação nas áreas rurais de Sumé?
12. Como você vê o futuro da educação nas áreas rurais de Sumé.